



ESTADO DO ACRE  
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060  
Telefone: - www.ac.gov.br

2ª NOTIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 026/2026 - COMPRASGOV N.º 90026/2026

**OBJETO:** Constitui objeto da presente licitação a **Registro de preços** para contratação de empresa para administração, gestão, disponibilização e operação de solução de benefício eletrônico (cartão magnético/eletônico/digital) voltada ao fornecimento de fardamento escolar aos alunos da Rede Estadual de Ensino da Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE, do estado do Acre.

A **Divisão de Pregão – DIPREG** comunica aos interessados que o processo licitatório acima mencionado, com o Aviso de Licitação publicado no Diário Oficial do Estado, nº 14.206, Jornal OPINIÃO, ambos do dia 13/02/2026 e ainda nos sites: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, <https://www.gov.br/pncp/pt-br/> e <https://licitacoes.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes>, com o fim de cumprir princípios intrínsecos como transparência e legalidade, **NOTIFICA** e **RETIFICA**, conforme abaixo:

1. **DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E RESPOSTAS:**

**Empresa a:**

1.0.0.1. A empresa interessada no certame gostaria de saber se o objeto licitado possui fornecedor atual, e caso tenha, qual o nome da empresa e a taxa do contrato?

**Resposta do órgão:** No mérito, reitera-se que não há fornecedor atual prestando o serviço objeto do certame, uma vez que esta Secretaria adotará esse formato de contratação a partir do presente procedimento licitatório, inexistindo, portanto, histórico contratual firmado no âmbito desta Secretaria de Estado de Educação e Cultura que permita indicar empresa atualmente contratada ou taxa de administração/percentual de desconto vigente para esse mesmo modelo de solução.

**Empresa b:**

A empresa questiona os seguintes pontos:

**I – DO RELATO E DA TEMPESTIVIDADE**

Considerando os registros encaminhados, sugere-se o conhecimento da impugnação, caso confirmada sua tempestividade pela unidade competente.

Cumprir registrar, de plano, que a presente peça reedita, em sua essência, fundamentos já apreciados por esta Administração em fase anterior de esclarecimentos formalmente respondidos e juntados aos autos, a saber:

- (i) na alegada ilegalidade da vedação à taxa de administração negativa;
- (ii) na insurgência contra a proibição de cobrança de taxas, comissões ou descontos da rede credenciada;
- (iii) no questionamento quanto à aplicação dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

Na presente manifestação, tais fundamentos são reapresentados com novo enfoque argumentativo, especialmente quanto à forma de parametrização da disputa no sistema eletrônico, sem, contudo, introduzir alteração substancial apta a modificar o entendimento anteriormente firmado por esta Administração e respaldado pela Procuradoria-Geral do Estado no **Parecer PGE.ATTUS nº 216/2026**.

**II – DO MÉRITO**

**II.1 – DA ALEGADA IRREGULARIDADE NA PARAMETRIZAÇÃO DO SISTEMA E DA SUPOSTA IMPOSSIBILIDADE DE OFERTA DE TAXA NEGATIVA**

Sustenta a impugnante que o critério de julgamento pelo maior percentual de desconto sobre a taxa de administração, associado à parametrização do sistema Compras.gov com piso em R\$ 0,00, inviabilizaria a oferta de taxa de administração negativa e, por consequência, restringiria indevidamente a competitividade do certame.

Primeiramente, é imperioso afastar a premissa equivocada de que o critério de julgamento adotado, maior percentual de desconto importaria, por decorrência lógica, a admissão de propostas com taxa de administração negativa. O critério de julgamento indica, tão somente, a forma objetiva de comparação entre as propostas, e não impõe à Administração a renúncia de estabelecer, no instrumento convocatório, os limites materiais compatíveis com a modelagem econômico-operacional da contratação, desde que tais limites sejam motivados, razoáveis e aderentes ao interesse público, como efetivamente ocorre no caso concreto.

Por conseguinte, o modelo adotado no Termo de Referência estabelece, com clareza, que a disputa recai sobre a remuneração do serviço de gestão, correspondente à taxa de administração estimada em 4,65%, e não sobre o montante global dos créditos destinados aos beneficiários. Há, portanto, distinção objetiva e juridicamente relevante entre duas realidades financeiras distintas:

- (i) o valor dos créditos eletrônicos a serem disponibilizados para aquisição dos kits de fardamento escolar, estimado em **R\$ 24.887.561,00**, que representa recursos públicos vinculados à execução direta da política pública em favor dos alunos da rede estadual; e
- (ii) o valor estimado da remuneração da futura contratada, estimado em **R\$ 1.157.271,59**, que corresponde à contraprestação pelo serviço especializado de administração, gestão, disponibilização e operação da solução de benefício eletrônico. Somente este último valor ingressa, efetivamente, como receita operacional da licitante vencedora.

A parametrização do sistema com base no valor estimado da taxa de administração não configura vício ou contradição, mas decorrência lógica e técnica da própria natureza do objeto licitado. A vedação à taxa negativa, por sua vez, não constitui restrição arbitrária à competitividade; ao contrário, insere-se de forma coerente no modelo contratual concebido para a execução da política pública, assegurando simultaneamente:

- (i) a exequibilidade do contrato;
- (ii) a preservação do valor real do benefício destinado ao aluno;
- (iii) a regularidade do repasse integral à rede credenciada; e
- (iv) a manutenção de capilaridade suficiente da rede comercial apta a atender beneficiários em todo o território estadual, inclusive em municípios de menor densidade econômica e maior dificuldade logística, característica marcante da realidade territorial do Estado do Acre.

Tais parâmetros decorrem do exercício legítimo da discricionariedade técnica da Administração e encontram respaldo no princípio da vantajosidade, que, nos termos do art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, não se reduz à busca pelo menor valor nominal, devendo compreender, igualmente, a capacidade concreta de execução da solução contratada e a efetiva conversão do benefício em fardamento escolar disponibilizado ao destinatário final.

Admitir-se taxa de administração negativa significaria, na prática, fomentar estrutura remuneratória dissociada da fonte expressamente prevista no edital, com potencial deslocamento do equilíbrio econômico da operação para outras frentes, notadamente a cadeia credenciada e aos beneficiários, em contrariedade à modelagem eleita pela Administração, que deliberadamente concentrou a remuneração da contratada na taxa de administração ofertada, vedando mecanismos paralelos de compensação econômica aptos a comprometer a finalidade pública do ajuste.

Importa ainda registrar que os precedentes do Tribunal de Contas da União colacionados pela impugnante (Acórdãos nºs 38/1996-Plenário, 1.034/2012-Plenário e 1.556/2014 - Segunda Câmara) foram proferidos à luz da Lei nº 8.666/1993 e referem-se, em sua grande maioria, a contratos de vale-refeição, vale-alimentação e vale-combustível, contextos distintos do presente caso, em que a política pública tem destinatário específico, alunos da rede estadual de ensino e pressupõe integridade do valor do benefício na ponta da cadeia, como condição de

efetividade. Ademais, os próprios acórdãos invocados consignam que a aferição da exequibilidade deve ocorrer a partir de critérios objetivos previamente fixados no edital, o que reforça e não infirma a legitimidade da modelagem aqui adotada, eleita de forma motivada e aderente às peculiaridades do objeto.

**Improcede, portanto, a alegação de irregularidade na parametrização do sistema e na vedação à taxa de administração negativa.**

## **II.2 – DA ALEGADA VEDAÇÃO ILEGAL À TAXA DE ADMINISTRAÇÃO NEGATIVA**

No ponto, os argumentos lançados pela impugnante são essencialmente os mesmos enfrentados no item anterior, razão pela qual, em prestígio ao princípio da economia processual, remete-se à fundamentação ali desenvolvida, acrescentando-se, apenas, o seguinte.

Não existe, no ordenamento jurídico pátrio, regra cogente que imponha à Administração o dever de admitir, em toda e qualquer contratação de gestão de benefícios, a apresentação de taxa de administração negativa. A existência de precedentes que, em determinados contextos, admitem a análise de propostas com taxa zero ou negativa não afasta o dever da Administração de avaliar, no caso concreto, a modelagem da contratação, a exequibilidade da proposta, a sustentabilidade da execução, a preservação do interesse público e os riscos de transferência indireta de custos à rede credenciada ou aos beneficiários.

A Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, invocada pela impugnante, possui natureza tributária, voltada à disciplina da retenção de tributos nos pagamentos efetuados por órgãos e entidades públicas. O art. 18 da referida norma trata da base de cálculo da retenção em operações com tickets, vales ou créditos eletrônicos, inclusive quando inexistente cobrança de corretagem ou comissão, mas não disciplina critérios de julgamento, modelagem editalícia, aceitabilidade de propostas ou obrigatoriedade de admissão de taxa negativa em licitações públicas.

Assim, a referida Instrução Normativa não constitui fundamento apto a afastar as regras editalícias definidas pela Administração com base na Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 11.363/2023, no Termo de Referência nº 119/2026/SEE-DAF e no Parecer PGE.ATTUS nº 216/2026, especialmente quando a vedação à taxa negativa foi motivada pela necessidade de preservar a exequibilidade da contratação, a capilaridade da rede credenciada, o valor real do benefício e a efetividade da política pública de fornecimento de fardamento escolar.

Da mesma forma, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União reiteradamente consagra que a admissibilidade de propostas com taxa zero ou negativa deve ser aferida à luz dos critérios objetivos previamente fixados no edital e da exequibilidade demonstrada no caso concreto, não constituindo imposição abstrata e absoluta à Administração. Tal orientação, longe de favorecer a tese da impugnante, legítima precisamente o modelo ora adotado, no qual a Administração, de forma motivada, estabeleceu os parâmetros de exequibilidade compatíveis com a política pública em questão.

Reitera-se, por oportuno, que esta Administração já havia esclarecido, em resposta formal anterior dirigida à própria empresa, que eventual proposta com taxa de administração igual a 0,00% não implicaria aceitação automática, ficando sua admissibilidade condicionada à demonstração concreta de viabilidade econômica e operacional, sem repasse de custos à rede credenciada, sem comprometimento da capilaridade da rede e sem prejuízo à execução da política pública. Tal esclarecimento demonstra que a Administração não se afastou da competitividade nem do julgamento objetivo, mas apenas condicionou a formulação das propostas aos parâmetros técnicos, econômicos e finalísticos definidos para a contratação, providência que se mostra compatível com a Lei nº 14.133/2021 e com o poder e dever de zelar pela exequibilidade contratual.

## **II.3 – DA ALEGADA ILEGALIDADE NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

Sustenta a impugnante que, por força do art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 (tratamento favorecido em empate ficto e regularização fiscal tardia) não poderiam ser assegurados no presente certame, porquanto o valor estimado da licitação que, em sua leitura, corresponderia ao montante global dos créditos a serem geridos (R\$ 24.887.561,00) superaria o teto de receita bruta admitido para enquadramento como empresa de pequeno porte (R\$ 4,8 milhões anuais).

A tese, data maxima venia, parte de premissa equivocada e não merece acolhimento.

A expressão “valor estimado”, contida no art. 4º, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, deve ser interpretada à luz da natureza do objeto efetivamente contratado e da estrutura econômica da contratação. Em contratações regidas por taxa de administração, o valor estimado da contratação, para fins de enquadramento legal, exigências de habilitação e verificação de compatibilidade com a receita bruta admitida pela Lei Complementar nº 123/2006, corresponde à remuneração estimada da contratada, e não ao fluxo financeiro total que transita pela operação.

A razão é técnica e contábil: a receita bruta, conceito nuclear para o enquadramento como ME/EPP nos termos do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, corresponde ao produto da venda de bens e serviços da pessoa jurídica, e não a valores que por ela meramente transitam em regime de destinação vinculada. Os créditos disponibilizados aos beneficiários da política pública de fardamento escolar, precisamente por configurarem recursos públicos com destinação finalística específica, não integram a receita operacional da futura contratada, transitam pela operação apenas como valores geridos em nome e por conta da Administração, com repasse vinculado à rede credenciada mediante execução realizada.

Essa conclusão encontra reforço no próprio arcabouço regulatório aplicável às instituições de pagamento, especialmente quando a operação envolver recursos mantidos em contas de pagamento. Nos termos do art. 12 da Lei nº 12.865/2013, tais recursos constituem patrimônio separado, que não se confunde com o patrimônio da instituição de pagamento, não respondem por obrigações da instituição, não podem ser objeto de constrição judicial em razão de débitos próprios da instituição, não podem ser dados em garantia e não compõem seu ativo para fins de falência ou liquidação.

No caso concreto, tal regime jurídico é inclusive reproduzido no contrato social da própria impugnante, conforme Cláusula 14ª, Parágrafo Segundo, do 12º Instrumento Particular de Alteração e Consolidação Contratual da empresa, juntado aos autos. O referido dispositivo contratual estabelece que os recursos mantidos em contas de pagamento, nos termos do art. 12 da Lei nº 12.865/2013, constituem patrimônio separado, não se confundem com o da empresa e não compõem seu ativo para fins de falência ou liquidação.

Desse modo, o regime jurídico aplicável aos recursos mantidos em contas de pagamento reforça a distinção entre os valores geridos em favor dos beneficiários e a remuneração própria da empresa gerenciadora. Assim, no contexto da presente contratação, mostra-se tecnicamente inadequado equiparar o montante global dos créditos destinados aos alunos ao faturamento ou à receita própria da contratada, devendo ser considerada, para esse fim, a remuneração efetivamente contratada, correspondente à taxa de administração prevista no edital.

A tese da impugnante, portanto, incorre em erro conceitual ao confundir o fluxo financeiro necessário à operacionalização da política pública com a contraprestação econômica efetivamente devida à contratada. Adotá-la significaria, na prática, restringir indevidamente a participação de microempresas e empresas de pequeno porte em contratações dessa natureza sempre que o volume global dos créditos administrados superasse o teto legal de enquadramento, ainda que a remuneração efetiva da empresa gerenciadora se situe muito abaixo desse limite.

Tal interpretação não se harmoniza com a diretriz constitucional de tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, prevista nos arts. 170, IX, e 179 da Constituição Federal, tampouco com o princípio da competitividade invocado pela própria impugnante.

Acresce-se que, embora a impugnante tenha afirmado que o Tribunal de Contas da União possuiria “entendimento consolidado” no sentido de que, em serviços de gestão de créditos ou benefícios, o valor de referência deveria corresponder ao montante total gerido, não foi colacionado, especificamente quanto a esse ponto, precedente apto a demonstrar a existência de orientação consolidada aplicável ao caso concreto. A alegação, portanto, mostra-se desacompanhada de lastro técnico verificável suficiente para infirmar o entendimento já adotado pela Administração e respaldado pela Procuradoria-Geral do Estado.

Por fim, ainda que, em tese, se admitisse controvérsia quanto ao valor de referência para aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, o que se cogita apenas para fins argumentativos, o item 17.5 do Edital limita-se a assegurar a observância dos benefícios previstos na legislação aplicável, quando cabíveis, sem instituir reserva de cota, exclusividade de participação ou qualquer restrição à ampla concorrência.

Os benefícios remanescentes, tais como o empate ficto e a regularização fiscal tardia, operam como instrumentos legais de correção de assimetrias competitivas em favor das microempresas e empresas de pequeno porte, não se confundindo com barreiras à participação de empresas de maior porte nem com fatores autônomos de risco à execução contratual. Sua manutenção no edital revela-se, portanto, compatível com a Constituição Federal, com a Lei Complementar nº 123/2006, com a Lei nº 14.133/2021, com o Decreto Estadual nº 11.363/2023 e com o entendimento já consolidado no Parecer PGE.ATTUS nº 216/2026.

Improcede, pois, a alegação de ilegalidade no ponto.

## **II.4 – DA ALEGADA INTERFERÊNCIA INDEVIDA NA RELAÇÃO ENTRE A CONTRATADA E A REDE CREDENCIADA**

Sustenta, por fim, a impugnante que a vedação editalícia de cobrança de taxas, comissões ou descontos dos estabelecimentos credenciados configuraria intromissão ilegítima em relação jurídica de natureza privada, reduzindo o lucro potencial da licitante e afastando o interesse de participação no certame.

Também nesse ponto a tese não merece acolhimento.

Embora formalmente a relação entre a empresa gerenciadora e a rede credenciada seja operacionalizada por instrumentos de direito privado, essa relação não é juridicamente indiferente à Administração quando a própria rede credenciada constitui elemento material indispensável à execução do objeto contratado. Sem rede comercial apta, funcional e economicamente viável, a política pública perde efetividade, pois o crédito disponibilizado ao beneficiário deixa de cumprir adequadamente sua finalidade.

Por essa razão, a Administração possui não apenas a faculdade, mas o dever de estabelecer, no instrumento convocatório, as condições mínimas de funcionamento da solução contratada, inclusive quanto à forma de remuneração da contratada, sempre que tais condições interfiram diretamente na execução do objeto e na preservação do interesse público. Tal competência decorre diretamente do art. 11, incisos I e III, da Lei nº 14.133/2021, que impõe à Administração o dever de assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso e de evitar a contratação com sobrepreço, ainda que indireto.

No caso concreto, a vedação de cobrança de taxas, comissões ou descontos da rede credenciada atende a finalidades públicas objetivas, expressas e proporcionais: preservar o valor integral do benefício na ponta da cadeia, assegurando que o crédito disponibilizado seja efetivamente convertido em fardamento escolar para o aluno; evitar sobrepreço indireto, que se configuraria caso os custos repassados ao comércio fossem, por sua vez, recompostos nos preços praticados aos beneficiários; fomentar a adesão do comércio local, em especial nos municípios de menor dinamismo econômico; e assegurar capilaridade da rede em todo o território estadual, condição sem a qual a política pública perderia sua efetividade operacional.

Tais finalidades, longe de representarem interferência em esfera alheia, decorrem diretamente do poder-dever da Administração de estipular as condições contratuais que melhor atendam ao interesse público, nos exatos termos já consolidados pelo Parecer PGE.ATTUS nº 216/2026, integrante dos autos.

Cumpra sublinhar, ainda, que a modelagem adotada não retira da contratada a possibilidade de obter remuneração adequada. A taxa de administração expressamente prevista no edital constitui fonte remuneratória própria, suficiente e juridicamente segura, cabendo à licitante, no exercício de sua autonomia empresarial, apresentar proposta econômica compatível com seus custos operacionais e com sua estrutura de margens sem, contudo, pretender transferir parte de tais custos à rede credenciada, à margem do instrumento convocatório.

Por fim, a alegação da impugnante de que a vedação afastaria o interesse competitivo dos potenciais licitantes não se sustenta. Não há nos autos demonstração concreta de que a proibição de cobrança de taxas, comissões ou descontos da rede credenciada inviabilize a competição ou afaste, de forma generalizada, o interesse de operadores aptos a prestar o serviço. A medida apenas delimita, de forma legítima, objetiva e previamente motivada, os limites econômicos do modelo remuneratório adotado pela Administração, preservando a integridade do benefício, a capilaridade da rede credenciada e a efetividade da política pública de fornecimento de fardamento escolar.

Improcede, também nesse ponto, a impugnação apresentada.

### III – DA CONCLUSÃO E DO ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, opina-se no sentido de:

**a) conhecer** da impugnação apresentada pela empresa, por tempestiva;

**b) no mérito, julgá-la integralmente improcedente**, mantendo-se, na íntegra, as disposições do Edital e do Termo de Referência do Pregão Eletrônico SRP nº 026/2026, em razão dos seguintes fundamentos:

b.1) a parametrização do sistema eletrônico de disputa observa corretamente a distinção entre o valor dos créditos destinados aos beneficiários e o valor da remuneração do serviço efetivamente contratado, refletindo, tecnicamente, a vedação expressa do instrumento convocatório à taxa de administração negativa;

b.2) a vedação à taxa de administração negativa constitui medida legítima, motivada, proporcional e compatível com a modelagem da contratação, voltada à preservação da exequibilidade do contrato, do valor real do benefício e da sustentabilidade operacional da rede credenciada, em consonância com o art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;

b.3) a proibição de cobrança de taxas, comissões ou descontos dos estabelecimentos credenciados mostra-se juridicamente adequada e necessária à integridade da solução contratada e à efetividade da política pública, encontrando respaldo no poder-dever da Administração de fixar as condições mínimas de funcionamento do modelo contratado, conforme assentado pelo Parecer PGE.ATTUS nº 216/2026;

b.4) a aplicação dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 deve observar o valor estimado da remuneração do serviço de gestão (R\$ 1.157.271,59), e não o montante global dos créditos destinados aos beneficiários (R\$ 24.887.561,00), por força da natureza jurídica do objeto, da estrutura remuneratória definida no Termo de Referência, do conceito legal de receita bruta previsto no art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, e do regime aplicável às contas de pagamento nos termos do art. 12 da Lei nº 12.865/2013;

#### Empresa c:

A empresa apresentou pedido de esclarecimento acerca de dois pontos principais: a confirmação quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP e o prazo para realização da Prova de Conceito – POC.

#### 1. Quanto à adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP

Confirma-se que o procedimento licitatório será realizado na forma de **Sistema de Registro de Preços – SRP**, conforme previsto no Termo de Referência nº 119/2026/SEE-DAF.

A adoção do SRP é compatível com a natureza da contratação, considerando que a execução ocorrerá de forma escalonada, conforme a necessidade da Administração, a disponibilidade orçamentária, a definição dos ciclos de atendimento e a liberação dos créditos eletrônicos aos beneficiários.

Quanto à alegação de ausência da minuta da Ata de Registro de Preços entre os documentos disponibilizados, sugere-se que a SELIC verifique a regularidade da disponibilização dos anexos no sistema do certame e, caso confirmada a ausência, providencie a sua disponibilização, observadas as formalidades de publicidade aplicáveis.

#### 2. Quanto ao prazo e à forma de realização da Prova de Conceito – POC

O entendimento da empresa está parcialmente correto.

De fato, não será exigida a apresentação de amostras físicas dos kits de fardamento escolar, tendo em vista que o objeto da contratação não consiste na aquisição direta dos itens de fardamento pela Administração, mas na administração, gestão, disponibilização e operação de solução de benefício eletrônico.

Todavia, a ausência de exigência de amostras físicas dos kits não afasta a realização da Prova de Conceito – POC, prevista no Termo de Referência, destinada à comprovação técnico-funcional da solução ofertada.

A POC consistirá na demonstração, em ambiente de testes, do funcionamento da solução de benefício eletrônico, incluindo cartão/credencial física e/ou digital, portal de gestão, aplicativo e demais funcionalidades correlatas, conforme o checklist de avaliação previsto no instrumento convocatório.

Esclarece-se que o prazo previsto para realização da POC é de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados da convocação formal realizada pelo Pregoeiro no sistema do certame, e não prazo mínimo contado automaticamente da declaração do vencedor.

A data, o horário e as condições de realização da POC serão definidos pela SEE/AC e comunicados formalmente pelo Pregoeiro, sendo sua realização preferencialmente remota, por videoconferência, com compartilhamento de tela e execução assistida dos testes previstos, sem prejuízo da possibilidade de etapa presencial complementar, de forma excepcional e justificada, quando alguma funcionalidade depender de validação material ou in loco.

Caberá à licitante convocada disponibilizar todos os recursos necessários à demonstração, incluindo cartões/credenciais físicos e/ou digitais, perfis de usuário para simulação, acessos ao portal e módulos de gestão, equipamentos e/ou aplicativos necessários, conectividade, solução de contingência, quando aplicável, e profissional apto a conduzir a demonstração durante a sessão.

Assim, o prazo de até 05 (cinco) dias úteis refere-se à realização da POC e à disponibilização dos recursos necessários à demonstração da solução ofertada, não se confundindo com a apresentação dos documentos de habilitação, que observará as regras próprias previstas no edital.

O Referido Pregão será por meio do Sistema de Registro de Preços e a Minuta da ATA consta na Página 45 anexo do Edital.

### 2. CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTO

Diante do exposto, encaminha-se a presente manifestação técnica consolidada, sugerindo-se à SELIC, no âmbito de sua competência:

a) quanto à impugnação da empresa, o seu conhecimento, por tempestiva, e, no mérito, o seu indeferimento, mantendo-se inalteradas as disposições do Edital e do Termo de Referência;

b) quanto ao pedido de esclarecimento da empresa, que seja confirmado que o certame será processado pelo Sistema de Registro de Preços – SRP, bem como esclarecido que a Prova de Conceito – POC deverá ser realizada no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação formal pelo Pregoeiro, nas condições previstas no instrumento convocatório;

c) que seja verificada a regular disponibilização da minuta da Ata de Registro de Preços entre os anexos do edital, adotando-se, se necessário, as providências cabíveis para sua disponibilização no sistema;

d) que sejam mantidas as demais condições do edital e de seus anexos, prosseguindo-se regularmente o certame, caso não haja outro óbice identificado pela unidade responsável pela condução da fase externa

Encaminham-se os autos para ciência e demais providências cabíveis, colocando-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Respondido por:

ÂNGELA APARECIDA SILVA DE ARAÚJO

**ROZÁRIA MAIA DE LIMA**  
Diretora de Administração e Finanças - DAF  
Decreto nº 13.199-P, de 01/04/2026.

**3. DA DATA DE ABERTURA:**

3.1. No preâmbulo do edital, a data e hora da abertura da licitação, passará a conter a seguinte redação:

Data e hora da abertura da licitação: **30/06/2026 às 9h15min (Horário de Brasília).**

**Retirada: 16/06/2026 até a data de abertura.**

3.1.1. As demais informações constantes do Edital e seus Anexos continuam inalteradas.

**Mário Jorge Moraes de Oliveira**  
Agente de Contratação/Pregoeiro  
**DIPREG/SELIC**



Documento assinado eletronicamente por **MARIO JORGE MORAES DE OLIVEIRA, Pregoeiro**, em 12/06/2026, às 08:30, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021238464** e o código CRC **0DC2CE98**.